

# bo le tim

Meio ambiente  
e Desigualdades



# bo le tim

Meio ambiente  
e Desigualdades

**Reitor**

José Daniel Diniz Melo

**Vice-Reitor**

Henio Ferreira de Miranda

**Diretoria Administrativa da EDUFRN**

Maria da Penha Casado Alves (Diretora)

Helton Rubiano de Macedo (Diretor Adjunto)

Bruno Francisco Xavier (Secretário)

**Conselho Editorial**

Maria da Penha Casado Alves  
(Presidente)

Judithe da Costa Leite  
(Secretária)

Adriana Rosa Carvalho

Alexandro Teixeira Gomes

Elaine Cristina Gavioli

Everton Rodrigues Barbosa

Fabrcio Germano Alves

Francisco Wildson Confessor

Gilberto Corso

Gleydson Pinheiro Albano

Gustavo Zampier dos Santos Lima

Izabel Souza do Nascimento

Josenildo Soares Bezerra

Ligia Rejane Siqueira Garcia

Lucélio Dantas de Aquino

Marcelo de Sousa da Silva

Márcia Maria de Cruz Castro

Márcio Dias Pereira

Martin Pablo Cammarota

Nereida Soares Martins

Roberval Edson Pinheiro de Lima

Tatyana Mabel Nobre Barbosa

Tercia Maria Souza de Moura Marques

**Secretária de Educação a Distância**

Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo

**Secretária Adjunta de Educação a Distância**

Ione Rodrigues Diniz Morais

**Coordenadora de Produção de Materiais Didáticos**

Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo

**Coordenadora de Revisão**

Aline Pinho Dias

**Coordenador Editorial**

José Correia Torres Neto

**Gestão do Fluxo de Revisão**

Rosilene Paiva

**Conselho Técnico-Científico – SEDIS**

Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo –  
SEDIS (Presidente)

Aline de Pinho Dias – SEDIS

André Morais Gurgel – CCSA

Antônio de Pádua dos Santos – CS

Célia Maria de Araújo – SEDIS

Eugênia Maria Dantas – CCHLA

Ione Rodrigues Diniz Morais – SEDIS

Isabel Dillmann Nunes – IMD

Ivan Max Freire de Lacerda – EAJ

Jefferson Fernandes Alves – SEDIS

José Querginaldo Bezerra – CCET

**Capa e diagramação**

Gabriel Rodrigues

Catálogo da publicação na fonte.  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Secretaria de Educação a Distância

Observa Desigualdades Boletim [recurso eletrônico] / Ana Raquel Cavalcante de Lima, Jeanne Christine Mendes Teixeira, José Cássio da Costa Junior, Heloíse Stefani Nascimento da Silva, Mariana Carla Pontes Silva de Moura, Mariana Mazzini Marcondes, Rafaela da Silva Freire, Raquel Maria da Costa Silveira e Washington José de Sousa; coordenação de Mariana Mazzini Marcondes. – 4.ed. – Natal: SEDIS-UFRN, 2021.

41 f; 1 PDF

ISBN nº 978-65-5569-270-9

1. Políticas Públicas. 2. Políticas Públicas – Desigualdades. 3. Políticas Públicas – Gênero. 4. Políticas Públicas – Direitos Humanos. I. Lima, Ana Raquel Cavalcante de. II. Teixeira, Jeanne Christine Mendes. III. Costa Junior, José Cássio da. IV. Silva, Heloíse Stefani Nascimento da. V. Moura, Mariana Carla Pontes Silva de. VI. Marcondes, Mariana Mazzini. VII. Freire, Rafaela da Silva. VIII. Silveira, Raquel Maria da Costa. IX. Sousa, Washington José de. X. Marcondes, Mariana Mazzini.

CDU 32.37  
O14

Elaborada por Edineide da Silva Marques CRB-15/488.

**Coordenação**

Mariana Mazzini Marcondes

**Revisão**

Ana Carolina Barbieri

José Cássio da Costa Júnior

**Autorias**

Ana Raquel Cavalcante de Lima

Jeanne Christine Mendes Teixeira

José Cássio da Costa Junior

Heloise Stefani Nascimento da Silva

Mariana Carla Pontes Silva de Moura

Mariana Mazzini Marcondes

Rafaela da Silva Freire

Raquel Maria da Costa Silveira

Washington José de Sousa

**Projeto Gráfico**

Gabriel Rodrigues

# Sumário

**7**

Editorial

**9**

Monitorando  
Desigualdades

**20**

Palavra Solta:  
Pensando Sobre Desigualdades

**33**

Farol

**O Observatório das Desigualdades** (DAPGS/PPGP/CCSA/UFRN) é um projeto de extensão que foi criado em 2020. Nosso objetivo é produzir e difundir conhecimento para o enfrentamento às desigualdades, por meio de cursos, eventos, concursos, publicações e outras atividades. Assim, acreditamos que é possível utilizar a informação como uma aliada para promover mudanças sociais, construindo igualdade racial, de gênero/sexualidade, de classe e territorial, além da inclusão de pessoas com deficiência e das comunidades indígenas e quilombolas, dentre outros grupos historicamente marginalizados.

Hoje, chega a você a **4ª Edição do Boletim ObservaDesigualdades**. Periodicamente, nosso boletim está disponível com conteúdo diversificado para te convidar a pensar e agir em relação às desigualdades. Esta edição foi construída por estudantes do curso de Administração, do Serviço Social e da Comunicação Social da UFRN, que participam do Observatório das Desigualdades. Mais uma vez, contamos com parcerias muito especiais na construção do conteúdo do boletim, que passamos a apresentar nos próximos parágrafos.

A seção **Monitorando as Desigualdades** é dedicada a um diagnóstico estruturado sobre a problemática abordada nos boletins. Nesta edição, em “Meio ambiente, desigualdades e ações públicas: uma introdução”, **Jose Cassio da Costa Junior, Heloise Stefani Nascimento da Silva e Mariana Carla Pontes Silva de Moura**, em parceria com as professoras **Jeanne Christine Mendes Teixeira e Mariana Mazzini Marcondes**, discutem a articulação dos conceitos de meio ambiente e de desigualdades. Para isso, refletem sobre temas essenciais que precisam compor a agenda de um desenvolvimento sustentável comprometido com a justiça socioambiental.

A seção **Palavra Solta: pensando sobre desigualdades** tem como objetivo compartilhar problematizações construídas a partir de cursos e eventos do Observatório. Nesta edição, o texto “Meio ambiente e desigualdades: o caso dos resíduos sólidos (‘lixo’)” foi construído pelas alunas: **Rafaela da Silva Freire**, **Ana Raquel Cavalcante de Lima**, em parceria com a professora **Raquel Maria da Costa Silveira** e com o professor **Washington José de Sousa**. O artigo enfoca a questão dos resíduos sólidos e seus impactos sobre as desigualdades e políticas públicas, destacando a importância da inclusão de catadores e catadoras no Brasil, principalmente pela economia solidária.

Na seção **Farol**, as alunas **Ana Raquel Cavalcante de Lima** e **Rafaela da Silva Freire** apresentam informações sobre o que aconteceu e o que vai acontecer no Observatório das Desigualdades. Além de organizarem dicas de leituras, músicas, filmes, livros, séries e *podcasts* para mergulhar na reflexão sobre meio ambiente e desigualdades.

Finalmente, o projeto gráfico foi desenvolvido pelo aluno **Gabriel Rodrigues Santos** e a revisão foi efetuada pela aluna **Ana Carolina Barbieri** e pelo aluno **José Cássio da Costa Júnior**, com a supervisão da professora **Mariana Mazzini Marcondes**.

Esta 4ª edição do Boletim será lançada durante o curso de extensão “Meio ambiente, desigualdades e ações públicas”, o qual visa debater as relações do meio ambiente e a formação de desigualdades no Brasil, tendo em conta diversos recortes e interseccionalidades. Seu foco é discutir as perspectivas e ações públicas para o enfrentamento dessas desigualdades, abordando temas como: o olhar de comunidades e povos tradicionais sobre o meio

ambiente, resíduos sólidos e agroecologia.

Dessa forma, o Observatório das Desigualdades reafirma seu compromisso de produzir e divulgar conhecimento que sirva como ferramenta na luta contra as desigualdades, promovendo um mundo mais sustentável e justo.

Boa leitura!

**Mariana Mazzini Marcondes**

(Coordenadora do Observatório das Desigualdades da UFRN)





# Monitorando Desigualdades

# Meio Ambiente, Desigualdades e Ações Públicas: uma introdução<sup>1</sup>

**José Cássio da Costa Junior** (graduando em Administração pela UFRN e integrante do Observatório das Desigualdades da UFRN)

**Heloise Stefani Nascimento da Silva** (graduanda em Serviço Social e integrante do Observatório das Desigualdades da UFRN)

**Mariana Carla Pontes Silva de Moura** (graduanda em Administração pela UFRN e integrante do Observatório das Desigualdades da UFRN)

**Jeanne Christine Mendes Teixeira** (professora do Departamento de Administração Pública e Gestão Social da UFRN)

**Mariana Mazzini Marcondes** (professora do Departamento de Administração Pública e Gestão Social e coordenadora do Observatório das Desigualdades da UFRN)

*“Cadê a flor que estava aqui?  
Poluição comeu  
E o peixe que é do mar?  
Poluição comeu  
E o verde onde é que está?  
Poluição comeu  
Nem o Chico Mendes sobreviveu”  
(Luiz Gonzaga, Xote Ecológico)*

## 1. Introdução

Pense por um momento no seu lar: o local onde você se encontra consigo mesmo e se conecta e observa tudo, sabe de cada coisa que acontece, o quanto você o ama. Agora, pense no planeta Terra, que é nossa casa, enquanto humanidade e tantas outras espécies... Você sabe de tudo que ocorre com ele e os perigos das ações da humanidade em relação a ela?

Diversas notícias são expostas diariamente sobre acontecimentos relacionados ao meio ambiente em nosso planeta. Em **Tuvalu**, um de seus ministros participou da Convenção sobre Mudanças Climáticas (COP 26) de terno e gravata e de dentro do mar. Isso porque a ilha, de cerca de 12 mil habitantes, está ameaçada de desaparecer, devido a mudanças climáticas. O tema das mudanças climáticas estampa, com frequência, as manchetes de jornal. A Ártica e a **Antártica** também estão em estado crítico, por conta do aquecimento global, com um derretimento bem acima do esperado, o que é chamado de onda de calor.

Entretanto, a questão não se limita apenas às mudanças climáticas. As **queimadas** e o **desmatamento** na Amazônia, os **garimpos ilegais** e a **exploração das comunidades indígenas**, são alguns dos temas que envolvem as desigual-

<sup>1</sup> Agradecemos ao José Luiz de Attayde por compartilhar textos e informações, auxiliar na identificação de temas relevantes para abordagem e pela leitura crítica.

dades no meio ambiente e que são conteúdo para as notícias que testemunham a destruição cotidiana do nosso planeta, assim como também evidenciam que esse processo impacta de diversas formas, os diferentes países, comunidades e grupos de pessoas ao redor do globo.

Apesar do tema estar presente todos os dias nos jornais, nas redes e até nas conversas do dia a dia (“tem chovido muito na minha cidade”; “nunca fez tanto frio onde moro” etc.), inclusive de forma dramática (vide as enchentes de **Recife** e **Petrópolis/RJ** ou o **frio intenso de São Paulo, que matou um morador de rua** recentemente), o meio ambiente e sua relação com as desigualdades ainda não é uma prioridade na agenda de políticas públicas. Isso é especialmente grave considerando as consequências que a questão possui sobre a sobrevivência humana e de todas as espécies.

É com esse intuito que este texto se propõe a refletir sobre o tema do meio ambiente e desigualdades, de forma introdutória e panorâmica. Ao final desta primeira parte, apresentamos os aspectos conceituais básicos sobre o tema, evidenciando alguns dados que ilustram a questão. Na terceira parte, buscamos refletir sobre alguns dos principais temas que compõem o amplo leque de cruzamentos entre meio ambiente e desigualdades. Por fim, a quarta parte encerra a reflexão abordando possíveis caminhos e alternativas de enfrentamento às desigualdades no contexto ambiental.

## **2. Meio ambiente e desigualdades: do que estamos falando?**

### **2.1. O que é Meio Ambiente?**

O **Meio Ambiente** é um conceito muito amplo e pode ser compreendido

como um conjunto de condições e interações (física, química, biológica, social, cultural e urbanística) que abarca a vida em todas as suas formas. Ou seja, inclui elementos naturais (ex: água e solo), mas também humanos (ex: cidades).

O meio ambiente tem muitas implicações e uma das principais discussões na atualidade é em relação à mudança climática, que é acompanhada pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (**IPCC**). Trata-se de um grupo de cientistas vinculado às Nações Unidas para monitorar e aconselhar sobre toda a ciência global relacionada às mudanças climáticas.

Os **dados do IPCC** apontam que o aquecimento global está afetando todos os locais do mundo e muitas mudanças a caminho para se tornarem irreversíveis, o que são efeitos da ação humana. Os **últimos anos** foram os mais quentes desde 1880, quando se começou a registrar temperaturas, e as projeções indicam que, se nada for feito, seguirá havendo aumentos progressivos. Dentre os efeitos desse aumento de temperatura global, temos a maior frequência e gravidade das secas, furacões, degelo das calotas polares, chuvas e inundações, a exemplo do que estamos testemunhando no **Recife**.

As mudanças climáticas podem ser consideradas fenômenos sociais, já que os desastres ambientais não são apenas uma problemática da natureza, mas sim da interação entre o meio ambiente natural e a falta de organização e estruturação da sociedade.

Em síntese, ainda que a repercussão desses dados do relatório IPCC sejam alarmantes e preocupantes para nosso futuro, ainda não se notam mudanças mais profundas em nossa **sociedade** para evi-

tá-los, a exemplo de padrões de produção e de consumo mais sustentáveis.

## 2.2. O que são desigualdades?

É trivial entender que “desigualdade” se refere à falta de igualdade. No entanto, não é intuitivo o entendimento de seus desdobramentos. A **desigualdade** é um fenômeno social multicausal e multidimensional, podendo ser listada em tantos aspectos da vida em sociedade quanto seja possível identificá-la. Sendo assim, se torna mais apropriado falarmos em “desigualdades”, no plural. Dentre as múltiplas facetas das desigualdades, podemos citar a desigualdade ambiental.

Apresentada a discussão sobre meio ambiente e desigualdades, agora é necessário situar como as duas questões se articulam.

## 2.3. Meio ambiente e desigualdades: situando a questão

O modo de produção capitalista e sua expansão, principalmente a partir da revolução industrial, não contempla uma preocupação com o equilíbrio ambiental e com a preservação de recursos naturais. Por isso, a discussão sobre o desequilíbrio ambiental consegue facilmente se conectar ao consumismo e aos modelos de produção em massa que degradam cada vez mais intensamente os meios naturais. Como consequência, isso acaba afetando de modo desigual e injusto, os diferentes grupos sociais, como observa **Henri ACSelrad**: “enquanto os males ambientais puderem ser transferidos para os mais pobres, a pressão geral sobre o ambiente não cessará”.

Ainda que os impactos verdadeiramente nocivos ao meio ambiente não tenham surgido apenas no século XXI,

estamos testemunhando um processo que vem se agravando em decorrência do modo em que se faz uso dos recursos naturais e humanos para produzir bens e serviços para uma população que se alimenta de um padrão de consumo insustentável. Nesse cenário, a tecnologia, também em constante avanço, acaba por propiciar métodos de produção cada vez mais eficientes na indústria, assim como plataformas de divulgação e vendas cada vez mais próximos de quem consome, o que amplia o impacto ambiental.

Um exemplo bastante atual é o da produção e consumo de eletroeletrônicos, a exemplo dos celulares (lembre-se da famosa “maçazinha” da Apple). A **obsolescência programada** efetiva-se por meio do consumo desenfreado de produtos cujo ciclo de vida é reduzido, visando a substituição constante e o descarte em alta frequência. A aquisição do “celular de última geração”, além de culminar em um desejo por algo que não necessitamos naquele momento (considerando o prazo curto entre os lançamentos), ainda escancara a desigualdade econômica entre quem pode ou não consumir estes produtos, sendo, inclusive, símbolo de status social.

Um efeito da obsolescência programada é a alta produção de resíduos (lixos eletrônicos), que possuem um alto tempo para se decompor. Outro fator importante é a contaminação química derivada do lixo eletrônico, manuseado ou descartado inadequadamente, que pode produzir contaminação do solo e **exposição ocupacional** de catadores e catadoras à uma mistura de elementos químicos e substâncias tóxicas.

Esse processo insustentável de produzir e consumir em nossa sociedade vem tornando a poluição atmosférica e

das águas, queimadas e desmatamentos, dentre outros, eventos cada vez mais frequentes. Isso afeta a qualidade de vida humana, mas também de todas as outras espécies (animal, vegetal etc.).

A discussão sobre meio ambiente e desigualdades pode parecer um pouco abstrata, inclusive pela quantidade de desdobramentos possíveis. Sem a intenção de esgotar o tema, na seção seguinte buscamos refletir sobre alguns desses desdobramentos, de forma mais concreta e com base em evidências.

### **3. Meio ambiente e desigualdades: mapeando alguns dos principais desdobramentos da questão**

Podemos pensar, primeiramente, que a discussão ambiental pode envolver diferenças entre países: enquanto os países mais desenvolvidos foram os que mais causaram danos ao meio ambiente, são eles que possuem melhores recursos para lidar com os efeitos, por exemplo, das mudanças climáticas. Estudos recentes mostraram que a Índia sofreu com **ondas de calor**, atingindo temperatura aproximada a 50 °C. Este dado é preocupante, considerando os impactos na vida humana e no meio ambiente, uma vez que os extremos climáticos podem causar desde agravamento dos níveis de insegurança alimentar, até aumento no nível do mar.

Além disso, a degradação do meio ambiente tem efeitos diversos sobre determinadas populações, o que é uma forma de desigualdade ambiental. É o caso, por exemplo, do **racismo ambiental**, que se materializa pela escassez de oportunidades voltadas para a população negra, enquanto há concentração de riqueza centrada em uma minoria. A conjuntura de desigualdade vivida pela população negra em diversos ambientes sócio-ocupa-

cionais, ocasionadas por desastres ambientais violam os direitos da população negra. O **mapa racial do Brasil** mostra que as áreas que possuem menos investimentos públicos são habitadas, majoritariamente, pela população de pessoas negras (pretas e pardas).

Há, ainda, no Brasil e na América Latina, o caso das **comunidades indígenas** exploradas pelo garimpo e pelo desmatamento. Recentemente, vem sendo muito discutido o caso da **comunidade Yanomami** que vem sofrendo diversas atrocidades em relação às ações de garimpo e extrativismo em seus territórios.

Assim, além dos ataques às comunidades indígenas, exploradas pelo garimpo e outras atividades extrativistas, também há **ameaças em relação ao seu próprio habitat natural**, suas vilas dentro das matas e florestas, em razão de queimadas e do desmatamento. Unidades de Conservação (UCs) e Áreas de Proteção Ambiental (APAs) são lugares que deveriam ter desmatamento zero, mas nem a lei e nem a demarcação dessas regiões são suficientes para garantir a **integridade das comunidades indígenas**, especialmente aquelas que ainda vivem isoladas na Amazônia. Por isso, discutir a **destruição da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos** se mostra igualmente importante, assim como questões relacionadas à conservação biocultural, ou seja, da biodiversidade e da cultura dos povos indígenas que são os verdadeiros guardiões das nossas florestas.

O **desmatamento das nossas florestas**, como a Floresta Amazônica, é um grave problema ambiental que enfrentamos, e, nesse desgoverno atual, o desmatamento vem aumentando e avançando sobre as terras indígenas, com o objetivo de retirar troncos de árvores considera-

das nobres no mercado da madeira. Nesse cenário, ocorre a conversão das áreas das florestas desmatadas em pasto para a pecuária extensiva e o cultivo de monoculturas de soja para exportação e produção de ração animal, além da extração de minérios do subsolo, especialmente de ferro e alumínio.

Em resumo, estamos destruindo as florestas brasileiras para a produção de *commodities* para manter relativamente equilibrado o balanço de pagamentos do Brasil e manter o fluxo de produção e consumo de alguns bens de uma minoria rica no Brasil e no mundo. No entanto, quem mais sofre com essa destruição ambiental são especialmente as pessoas mais pobres, que são também as que menos causam problemas ambientais. Além das gerações futuras e milhares de espécies que compartilham o planeta conosco.

Ainda, a relação entre expansão agrícola e florestas não envolve apenas a tensão em relação às comunidades tradicionais e preservação ambiental. Há um importante aspecto relacionado à **produção de alimentos**. No período de 2005 a 2007 o mundo enfrentou uma crise no setor alimentício, com sucessivos e elevados aumentos de preços. Começando com o preço do petróleo, o mercado desencadeou altas nos preços dos cereais (trigo, soja, arroz, milho, por exemplo), como um efeito dominó que afetou vários países ao redor do globo.

A empreendedora social **Ndidi Nwuneli** discute o tema da alimentação saudável, sob o ponto de vista do estado do ecossistema da indústria alimentícia. Segundo Ndidi, temos sustentado um ecossistema alimentício “fragmentado”. Essa questão vincula-se ao tema da mudança climática, uma vez que um dos maiores contribuintes para as mudanças

climáticas é o sistema alimentício mundial, que envolve desde a forma de preparação de campos para plantio e cultivo, a agropecuária, além do próprio desperdício de comida. No Brasil, a **agropecuária** é a principal fonte de emissões de gases de efeito estufa (69% do total), resultante de fatores como desmatamento e emissão de gases pelo rebanho bovino. Isso ocorre ainda que tenhamos tecnologia, conhecimento e condições para implementar um sistema mais efetivo para alimentar o mundo sem desperdícios, além de **minimizar os impactos ao meio ambiente** em várias frentes.

Dessa forma, as mudanças climáticas podem ser vistas a partir das desigualdades. Alguns outros exemplos contribuem para situar a questão. Nos períodos de chuva intensa é comum nos depararmos com notícias infelizes de deslizamentos, enchentes, aumento no registro de doenças, e até de mortes como resultado de tragédias ambientais.

Na grande maioria das vezes, são as regiões de encostas (mais afastadas dos centros) aquelas que caracterizam um setor mais frágil e suscetível a esses desastres, e que são fortemente ocupadas pela população mais pobre. Sendo assim, o debate acerca da **erradicação das injustiças sociais** precisa estar estritamente ligado ao debate sobre emergência climática, uma vez que a degradação ambiental acontece como consequência da ação humana que, por sua vez, reflete as desigualdades sociais entre os vários níveis e classes de nossa sociedade.

Isso nos remete à **questão ambiental em área urbana**: a injustiça ambiental também é identificada na falta de saneamento básico, na dificuldade de acesso à água potável, na ausência de um **planejamento urbano** ambiental e

socialmente mais justo, enfim, nas condições precárias de moradia, com a população mais pobre ocupando regiões mais afastadas dos centros — o que constitui maior risco para suas vidas. As pessoas mais pobres são as que menos contribuem para o agravamento das mudanças climáticas, mas são as que tendem a sofrer suas consequências com maior intensidade.

Os processos de transformação e de **urbanização** das regiões afastadas dos grandes centros se apresentam como os melhores exemplos para caracterizar a desigualdade ambiental, uma vez que as favelas e loteamentos irregulares se formam nesses locais, exatamente devido à absoluta falta de alternativas habitacionais em locais salubres. Em outras palavras, as pessoas em situação de vulnerabilidade econômica tendem a residir em áreas com más condições urbanísticas e sanitárias. Como terrenos próximos a cursos d'água, lixões ou até espaços em situações de risco e degradação ambiental, uma vez que estas se constituem nas únicas áreas acessíveis a essa população.

Como reflexo desse efeito, mais de **35 milhões** de pessoas no Brasil não têm acesso à água tratada e apenas 50,3% da população tem acesso à coleta de esgoto. Esse não tratamento básico de água e esgoto expõe a desigualdade interligada ao **saneamento básico**. A falta dessa infraestrutura, que é uma ação fundamental para a saúde pública e para o meio ambiente, prejudica, principalmente, quem vive nas áreas rurais, em pequenas cidades e nas favelas das grandes cidades. Em outras palavras, pessoas desprovidas de fortunas vivem em ambientes sócio-ocupacionais insalubres pela falta efetiva no tratamento do saneamento básico. O **direito fundamental** de acesso ao saneamento, portanto, é violado.

Situada a problemática, agora é ne-

cessário refletirmos sobre caminhos e alternativas para enfrentá-las. Este é o tema da próxima seção.

#### **4. Ações públicas para enfrentar desigualdades no meio ambiente: justiça ambiental, sustentabilidade e educação ambiental como alternativas.**

A **justiça ambiental** é uma diretriz importante para promover a igualdade em relação ao meio ambiente. Trata-se de uma diretriz que aponta que todas as comunidades e populações devem ser tratadas com **equidade**, especialmente no que se diz respeito à proteção do meio ambiente. Trata-se, portanto, de um **conjunto de princípios** que asseguram que nenhum grupo de pessoas (negras, mulheres, indígenas ou outros grupos sociais vulnerabilizados), suporte de maneira desproporcional as consequências ambientais negativas para com o meio ambiente.

Dessa forma, a justiça ambiental pode ser entendida como uma bússola para proporcionar a estruturação de um novo pacto social em torno do meio ambiente, o que envolve **cooperação** internacional, garantia de direitos e de políticas públicas, e forte protagonismo das organizações da sociedade civil.

A relação entre problemas da agenda ambiental e a justiça ambiental envolve uma reflexão sobre a democracia. Especialista em assuntos climáticos e ganhador do prêmio Nobel da Paz em 2007, junto do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), **Al Gore** defende que um dos caminhos que precisam ser tomados para resolver a crise climática mundial é, resolver primeiro a crise de democracia política. Nesse sentido, é fundamental enfrentar grandes interesses como para mudar o modelo de finan-

ciamentos e suportes financeiros das empresas de combustíveis fósseis que ainda insistem em barrar maiores avanços em prol da sustentabilidade.

Nesse contexto, discussões como a de um desenvolvimento sustentável podem contribuir nesse caminho alternativo ao que vimos experimentando em nosso planeta. Nascido na primeira conferência das Nações Unidas — em Estocolmo, 1972 — para tratar das questões relativas à degradação ambiental, o conceito de **sustentabilidade** remete a busca pelo equilíbrio entre a qualidade ambiental do planeta e a qualidade de vida das populações, de modo a evitar o esgotamento dos recursos naturais. Como uma consequência natural, os caminhos e alternativas para um desenvolvimento verdadeiramente preocupado com a sustentabilidade devem estar estruturados, basicamente, em três pilares: social, econômico e ambiental. Por sua vez, a dimensão econômica estabelece a necessidade de exploração de recursos naturais através de um modelo sustentável; a dimensão ambiental, busca preservação do meio ambiente e uso racional dos recursos naturais; e, a dimensão social, visa apresentar propostas que reduzam as desigualdades sociais.

A ação pública, principalmente estatal, pode e deve estar comprometida com o enfrentamento às desigualdades em relação ao meio ambiente. Para isso, é necessário que a garantia de direitos e a promoção de políticas públicas incorporem a preocupação com o meio ambiente de forma **transversal**. Isso pode ser feito de diferentes formas, abrangendo desde propostas mais reformistas, até outras mais contestatórias do modo de produção capitalista.

Um exemplo mais reformista é o que vem sendo defendido pelo Programa das

Nações Unidas para o Meio Ambiente, que é intitulado **economia verde**, que abarca diminuição de emissão de carbono, melhoria na eficiência de recursos e inclusão social. Exemplos mais contestatórios do modelo de produção e de consumo podem ser encontrados na **agroecologia** que, no Brasil, tem no Movimento Sem Terra (MST) uma importante referência.

Esse modelo questiona a forma que os recursos naturais são usados, principalmente pelo agronegócio (como água e terra) e propõe novas **formas de produzir**, a partir de outras relações entre pessoas humanas e natureza. Isso envolve desde o modelo de gestão, a exemplo das cooperativas e associações autogestionárias e inspiradas na economia solidária, até iniciativas relacionadas à diversidade genética vegetal e animal, incluindo a forma que se produz sementes, respeitando os conhecimentos tradicionais das comunidades rurais.

A despeito das múltiplas dificuldades, a exemplo da escassez de recursos e de incentivos, a **agroecologia** significou um importante avanço para a formação de sujeitos autônomos e resistentes à racionalidade instrumental capitalista. O Brasil teve algumas políticas públicas de referência nesse sentido. Um exemplo foi o **Programa de Aquisição de Alimentos** (PAA), criado durante o governo Lula. O PAA objetiva promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Como ele faz isso? O programa obtém, por meio de recursos orçamentários disponibilizados pelo Ministério da Cidadania, alimentos produzidos pela agricultura familiar e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e àquelas atendidas pela rede socioassistencial e pelos equipamentos públicos de segurança alimentar.

O país também é uma referência em

termos de Organizações da Sociedade Civil que atuam na área ambiental. Um exemplo é o **Instituto Akatu**, uma organização sem fins lucrativos que atua desde 2001 com esforços em transformar a mentalidade de quem consome, sensibilizando e engajando a sociedade em favor do consumo consciente. Há, ainda, a importante experiência da Articulação Nacional de Agroecologia (**ANA**), que articula movimentos, redes e organizações da sociedade civil que atuam na agroecologia. No Rio Grande do Norte temos, ainda, a iniciativa do **Instituto Aflorar**, localizado em São Gonçalo do Amarante, e que se dedica à permacultura (que valoriza modelos de produção e de consumo sustentáveis, em harmonia com o meio ambiente).

No entanto, é importante lembrar que o tema do meio ambiente pressupõe uma ação integrada em nível mundial e uma governança global. Um exemplo é a questão climática, em que há um compromisso mundial, chamado de **Acordo de Paris**, pactuado em dezembro de 2015, pelos países signatários da Convenção-Quadro das Nações Unidas (UNFCCC, acrônimo em inglês), durante a 21ª Conferência das Partes (COP21). Esse acordo tem por meta assumir medidas de redução da emissão de dióxido de carbono a partir de 2020. Dessa maneira, fortalecer uma resposta à ameaça da mudança do clima e os impactos causados.

Finalmente, um tema que, com diferentes abordagens, é defendido por organizações internacionais, governos e sociedade civil é o da educação ambiental. A educação ambiental assume papel de ação educativa essencial para sustentação de debates, mediando o contexto ambiental e educacional, e, por isso, torna-se um caminho para moldar comportamentos e pensamentos da população, no que

se diz respeito a orientações de conduta, influências sobre procedimentos, instruções acerca do desempenho de práticas verdadeiramente sustentáveis, com consumo consciente (controle do lixo e reciclagem), diminuição de desperdícios, tudo isso do ponto de vista da produção e do consumo.

A educação ambiental envolve os governos e as escolas, mas não apenas. Novamente, podemos recorrer ao exemplo do **MST**, que desenvolve programas de formação em agroecologia em todos os níveis educacionais, de forma a estimular a produção de sementes, que preservassem a diversidade genética vegetal e animal. Com efeito dessa valorização da educação ambiental, o MST implantou o projeto da agroecologia em seus assentamentos e cooperativas de produção.

É imprescindível que lutemos para a materialização, no cotidiano de nossas sociedades, da justiça ambiental e da sustentabilidade. Para isso, é necessário que avancemos em conjunto, possibilitando desta maneira uma **pegada ecológica** positiva em âmbito global. Isso é condição para cuidarmos do planeta Terra como o que ele realmente é: nossa casa.

*“Terra, terra  
Por mais distante  
O errante navegante  
Quem jamais te esqueceria?”  
(Caetano Veloso, Terra)*

### Quem foi que disse?

Al Gore faz um **balanço das atuais condições climáticas** e chama a atenção para instituições que continuam despejando dinheiro em setores poluentes, especialmente, para servir aos interesses financeiros das empresas de combustíveis fósseis.

Antonio Carlos Zambon e outras colaboradoras discutem a questão da **obsolescência acelerada** dos produtos tecnológicos e os impactos na sustentabilidade da produção.

Articulação Nacional de Agroecologia **sistematiza** informações, publicações e dados sobre o tema.

Carlos Antônio Bonamigo **reflete** sobre a agricultura camponesa, considerando a matriz formativa da agroecologia e a formação politécnica.

Elizabeth Borelli identifica situações de alta vulnerabilidade socioambiental da região periférica da Zona Sul da cidade de São Paulo, onde **a transformação urbana reflete desigualdade social e ambiental**.

Helio Mattar escreve em coluna para o jornal Folha de São Paulo acerca do **papel do indivíduo na mitigação da crise climática**.

Henri Acelrad escreve sob a perspectiva ambientalista das lutas sociais, abordando o conceito de **justiça ambiental**.

Instituto Aflorar é uma **iniciativa** de permacultura no Rio Grande do Norte.

Instituto Akatu estimula a reflexão acerca dos **hábitos de consumo** dos indivíduos como caminho para que as práticas de consumismo sejam controladas acima do meio ambiente.

Lucia Xavier trata do tema **racismo ambiental** na edição especial da Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

## Quem foi que disse?

Luciana Aliaga e Fernanda Maranhão analisam o período de reorganização político-estratégica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que se centrou na proposta de implantação da educação ambiental e da promoção da **agroecologia** em seus assentamentos e cooperativas de produção.

Maria Brant examina o **planejamento urbano** como alternativa para combater as desigualdades em âmbitos ambiental e socialmente mais justo.

Marise Duarte e outras colaboradoras **escrevem** sobre conflitos socioambientais na Zona Costeira brasileira, com foco na realidade encontrada no Rio Grande do Norte.

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTI) produz a **cartilha** elaborada pelo Governo Brasileiro com intuito de contribuir com a ampla divulgação do Acordo de Paris.

Movimento Sem Terra (MST) é uma referência em teorias e práticas sobre **agroecologia** no Brasil.

Nelson Gouveia e outras pessoas colaboradoras abordam a problemática da **exposição ocupacional** ao mercúrio em cooperativas de triagem de materiais recicláveis.

Ndidi Nwuneli apresenta sua visão acerca do **ecossistema alimentício mundial** a partir da perspectiva da equidade e da sustentabilidade de nosso sistema alimentar.

Planos Municipais da Mata Atlântica (PMMA) oferecem um breve **estudo sobre as mudanças climáticas**, as desigualdades históricas e a urgência de cooperação para a justiça.

Rosane Maria Albino Steinbrenner e outras colaboradoras discutem a relação dos temas — **Lixo, racismo e injustiça ambiental**.



# Palavra solta: Pensando Sobre Desigualdades

# “Meio ambiente e desigualdades: o caso dos resíduos sólidos (‘lixo’)”

## **Rafaela da Silva Freire**

Graduanda em Administração pela UFRN e integrante do Observatório das Desigualdades - UFRN

## **Ana Raquel Cavalcante de Lima**

Graduanda em Administração pela UFRN e integrante do Observatório das Desigualdades - UFRN

## **Raquel Maria da Costa Silveira**

Professora do Departamento de Políticas Públicas e coordenadora do grupo Socioeconomia do Meio Ambiente e Política Ambiental - UFRN

## **Washington José de Sousa**

Professor do Departamento de Administração Pública e Gestão Social e coordenador do

Grupo de Pesquisa Organização de Aprendizagens e Saberes em Iniciativas Solidárias e Estudos No Terceiro Setor (OASIS)- UFRN

*“Eu cato papel, mas não gosto.*

*Então eu penso: Faz de conta que eu estou sonhando”*

*Carolina Maria de Jesus (Quarto de despejo)*

## 1. Introdução

**T**odo mundo sabe que lugar de lixo é no lixo. Mas, será que sabemos mesmo onde é o lugar do lixo? Você sabe o que acontece depois que você descarta o seu lixo? Será que o que você chama de lixo tem algum valor? Quem são as pessoas envolvidas no processo de coleta desse lixo? Qual é a realidade delas? Estamos aqui para te ajudar a entender melhor sobre essas questões e conhecer o sistema econômico e produtivo que existe por trás do ato de descartar os resíduos gerados na sociedade, e quais são os desafios existentes na gestão desses materiais. O que para algumas pessoas é “lixo”, para outras é subsistência.

Até aqui, estamos falando de lixo e resíduos sólidos, e você deve estar se perguntando se existem diferenças entre esses termos e, havendo, quais são elas. Em 2010, foi promulgada a **Política Nacional de Resíduos Sólidos** (PNRS). Você saberá mais sobre ela ao longo do texto, mas, de antemão, podemos adiantar que essa política traz um rol de definições sobre termos ligados aos resíduos sólidos. Assim, podemos identificar a diferença entre resíduos sólidos e lixo ou, ainda, rejeito.

De modo geral, resíduos sólidos são quaisquer sobras de materiais, bens ou substâncias, que estão nos estados sólidos ou semi sólidos, como por exemplo aqueles gerados na sua residência e, também, a sobra de varrição de praças e locais públicos. Ou seja, tudo o que foi descartado como resultado de atividades humanas. É o caso, também, de gases contidos em recipientes e líquidos, que, por suas particularidades, torna inviável o lançamento nas redes públicas de esgotos ou corpos de água (a exemplo de oceanos, lagos, lagoas, etc.).

Já o lixo ou rejeito nada mais é do que o resíduo que não tem valor econômico agregado. Portanto, não apresenta outra possibilidade além da disposição final ambientalmente adequada. Com isso, podemos concluir que a diferença está na possibilidade de geração de valor a partir, por exemplo, do reúso, da reciclagem e da reutilização dos materiais descartados.

Nesse texto, nosso intuito é refletir sobre as relações de desigualdades e meio ambiente, com enfoque nos resíduos sólidos. O texto é organizado em três partes, além desta introdução. Na segunda, explicamos o que são os resíduos sólidos e seus impactos sobre as desigualdades, trazendo a realidade dos catadores e das catadoras e de quem vive em torno da “economia do lixo”. Na terceira, apresentamos políticas públicas para os resíduos sólidos, destacando a importância da inclusão de catadores e catadoras no Brasil e, ainda, da economia solidária, para propagar meios de formar comunidades mais justas.

## **2. Os resíduos sólidos e seus impactos sobre as desigualdades**

Resíduo sólido é tudo aquilo que pode ser reciclado ou reutilizado. Por isso, existe a necessidade de serem separados por tipo, pois sua diversidade se reflete nas possíveis soluções de gestão. De acordo com a PNRS, podemos classificá-los em duas diferentes categorias: origem e periculosidade (representam risco para a saúde pública ou qualidade ambiental). Listamos alguns casos na tabela abaixo:

A geração de resíduos sólidos está diretamente

Origem	Periculosidade (características)
Resíduos domiciliares	Inflamabilidade
Resíduos de limpeza urbana	Corrosividade
Resíduos sólidos urbanos	Reatividade
Resíduos de estabelecimentos comerciais	Toxicidade
Resíduos de prestadores de serviços	Patogenicidade
Resíduos dos serviços públicos de saneamento básico	Carcinogenicidade
Resíduos industriais	Teratogenicidade
	Mutagenicidade

ligada aos ambientes, onde as atividades humanas se desenvolvem. Isso porque o descarte resulta do consumo de bens e produtos em geral. Em 2020, ainda durante a pandemia de COVID-19, foram gerados, aproximadamente, **82,5 milhões de toneladas**, ou 225.965 toneladas diárias, chegando assim, em média, a 1,07 kg de resíduo por dia gerado por cada brasileiro. Segundo dados da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (**ABRELPE**), a região que possui a maior geração de resíduo sólido é a Sudeste, com cerca de 50% em relação às outras regiões. Isso nos mostra que quanto maior o poder aquisitivo de uma região, maior o consumo e, consequentemente, o descarte dos resíduos sólidos na natureza. Também é possível identificar desigualdades a partir do acesso a serviços, o que se relaciona com a gestão desses resíduos.

A PNRS, além de diferenciar os tipos de resíduos, traz diferentes formas de tratamento para esses materiais. A mais comum é a coleta domiciliar, que se constitui como primeira parada para os materiais originários de atividades domésticas em residências urbanas. Já a denominada “coleta seletiva” abarca materiais previamente segregados conforme sua constituição ou composição. Nesse ponto, também é possível evidenciar desigualdades.

É o caso da coleta seletiva, que se dá de maneira mais acessível nas regiões Sul e Sudeste. Apesar de no ano de 2020, 74,4% dos municípios brasileiros apresentarem alguma iniciativa de coleta seletiva, são as regiões Sul e Sudeste as que possuem maior percen-

tual de municípios. No painel de controle do **Observatório dos Lixões**, é possível visualizar quais são as regiões que não possuem coleta seletiva. E em sua grande maioria, elas estão nas áreas rurais, locais em que tem pouco ou nenhum acesso a essas formas de gerir os resíduos sólidos, mostrando o quanto a desigualdade de renda e de local de domicílio afetam a população.



Fonte: **Observatório dos Lixões** (23/05/2022)

Um fator muito importante nessa discussão são as catadoras e os catadores de materiais recicláveis. Essas pessoas são prestadoras de serviços ambientais, sendo seu trabalho recolher, selecionar e encaminhar os resíduos para centros de triagem, onde são separados para diferentes indústrias de reciclagem. Isso faz com que haja redução da exploração de mais recursos naturais. Mas, é importante destacar a presença de um problema social que se mostra decorrente dessa geração e descarte dos resíduos: catadores trabalham de forma muito recorrente em lixões a céu aberto, de maneira totalmente insalubre e indigna.

A PNRS determinou que até 2014 os lixões deveriam ser extintos no país, pois causam grandes danos ao meio ambiente e à saúde. No entanto, segundo o Observatório dos lixões, **2.518 municípios** brasileiros ainda usam o lixão como tipo de disposição. Em outros casos, mesmo que o lixão não seja mais a solução oficial de disposição final, são identificados pontos característicos. É o caso, na zona oeste de **Natal (RN)**, do espaço conhecido como o **“Lixão de Cidade Nova”**, que vem sendo local de atuação de inúmeros catado-

res avulsos e catadoras avulsas. Tal cenário mostra o viés social da gestão de resíduos e evidencia a urgência de que políticas públicas sejam formuladas e implementadas com foco na redução das desigualdades sociais e territoriais que envolvem a questão ambiental.

Além das desigualdades sofrida por catadores e catadoras, e das possibilidades de geração de trabalho e renda, há um outro fenômeno, presente no Rio Grande do Norte desde a década passada, e que está em forte expansão, com potencial para causar danos ao meio-ambiente em termos de resíduos sólidos em áreas rurais. Trata-se do sistema de produção e distribuição de energia eólica. As torres, é importante ressaltar, têm vida útil e, portanto, devemos atentar para a quantidade de equipamentos que ficará, ao longo do tempo, inútil em áreas onde antes havia alguma atividade agropecuária. Esse raciocínio deve considerar que, com o tempo, as hélices das torres, sem função econômica, deverão desabar dos postes que as sustentam. Assim sendo, precisamos questionar: o que ocorrerá com o resíduo caído no solo? As empresas irão resgatar todos os conjuntos sem utilidade? O que será feito com os postes, agora sem utilidade?

### **3. Políticas públicas para resíduos sólidos**

---

Diante de todo o contexto apresentado, podemos e devemos falar sobre políticas públicas para os resíduos sólidos, então, vamos lá!

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) foi instituída pela Lei Federal nº **12.305** de 2 de agosto de 2010 com o objetivo de estabelecer princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações que devem ser praticadas pelos órgãos, para viabilizar o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos. Nesse sentido, ela é uma política que propõe a gestão integrada de resíduos sólidos no Brasil, instituindo a responsabilidade compartilhada dos geradores de resíduos e instrumentos de planejamento nos níveis nacional, estadual e municipal.

Seus principais objetivos são a proteção da saúde

pública e da qualidade ambiental, a criação de metas para a eliminação de lixões, a não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. Ela estimula também a adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo, o desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias limpas, e incentiva a reciclagem.

Assim, considerada como um marco da legislação ambiental, a PNRS gera muitos benefícios. Com o seu ideal de gestão compartilhada, a responsabilidade também é partilhada, o que faz com que cada ator envolvido no ciclo de vida de produtos (fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes e consumidores), possuam ações e atribuições para o seu cumprimento. Além disso, ela incentiva a redução da extração de matérias-primas e melhorias na saúde pública, por meio de medidas voltadas ao reuso, reaproveitamento e reciclagem de materiais que seriam descartados na natureza.

A PNSR estabelece a proibição de destinação de resíduos em lixões a céu aberto, instituindo o conceito de destinação final ambientalmente adequada, considerada como estratégia que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético, ou outras destinações como a disposição final em aterros sanitários. A finalidade é que sejam evitados danos ou riscos à saúde pública e à segurança, bem como objetiva-se a minimização de impactos ambientais.

#### *Catadores e catadoras: experiência e inclusão*

Pensando agora sobre o contexto dos **catadores e das catadoras**, podemos aqui destacar a importância da inclusão desse grupo, principalmente, a partir do modelo direcionado pela PNRS. Os catadores e as catadoras, como bem sabemos, atuam na coleta de materiais, e por muitas vezes estão submetidos a condições de vida mais precária, representando um segmento socioeconômico mais vulnerável, por praticar uma atividade que, por sua natureza, é insalubre: o manejo direto com resíduos sólidos.

Porém, só foi durante a primeira década do sécu-

lo XXI que o segmento ganhou expressão nacional e internacional, fazendo eclodir os movimentos de reivindicação ao acesso de direitos sociais, de reconhecimento da atividade desenvolvida e da sua importância para a geração de trabalho, renda e preservação ambiental (**BORTOLI, 2015**). Nesse mesmo período, foram originados também alguns instrumentos jurídicos que regulamentaram as atividades de coleta e que contribuíram para que o Brasil pudesse avançar nas ações voltadas à inclusão de catadores e catadoras.

Nesse sentido, tem-se o reconhecimento da ocupação de pessoas que trabalham como catadoras, oficializado, em 2002, pela Classificação Brasileira de Ocupação (CBO), o **Decreto Federal Nº 5.940, de 2006**, a **Lei nº 11.445 de 2007** que estabelece as Diretrizes para o Saneamento Básico e a Política Nacional de Resíduos Sólidos (**Lei Nº 12.305 de 2010**).

### **Do que estamos falando?**

#### *Classificação Brasileira de Ocupação (CBO)*

A Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) foi instituída pela portaria ministerial nº. 397, de 9 de outubro de 2002, do então Ministério do Trabalho e Emprego. A CBO tem por objetivo identificar as ocupações no mercado de trabalho e classificá-las junto aos registros administrativos e domiciliares.

A CBO é o documento que reconhece, nomeia e codifica os títulos e descreve as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. Sua atualização e modernização se devem às profundas mudanças ocorridas no cenário cultural, econômico e social do país nos últimos anos, implicando alterações estruturais no mercado de trabalho. Saiba mais clicando **aqui**.

Assim, podemos destacar o modelo de inclusão proposto pela PNRS, que salienta a necessidade de inclusão social e emancipação econômica dos catadores e das catadoras, por meio da formação de associações e/ou cooperativas autogestionárias. Trata-se de uma forma de buscar melhores condições de vida, de trabalho e renda. Essa proposta de inclusão, principalmente por meio da criação de associações e cooperativas, vem sendo uma solução interessante e essencial para o desenvolvimento da igualdade e de melhores con-

dições para pessoas que trabalham como catadoras, e que, por isso, são agentes ambientais que contribuem muito para a sustentabilidade do planeta e para o desenvolvimento social.

A criação de associações e cooperativas de pessoas catadoras de materiais recicláveis representa a alternativa de saída do homem e da mulher (e, por vezes, de crianças) dos lixões, além do resgate da sua condição de cidadania e possibilidade de ascensão social. Isso porque essas organizações oferecem aos membros assistência jurídica, cursos de aperfeiçoamento e acesso ao lazer/esporte, entre outras formas de desenvolvimento e maturidade (**FADINI e FADINI, 2001**).

No Brasil, apesar da existência de uma legislação que busca incluir a categoria por meio do trabalho, é possível identificar que, nem sempre o contexto de atuação em tais organizações (associações e cooperativas) é ideal (**SILVEIRA, 2019**). Assim, é preciso afirmar que a luta pela inclusão ainda é necessária e existem diversas formas de contribuir com ela. A seguir, trataremos de um dos meios para essa inclusão.

#### *Importância da economia solidária para propagar meios de formar comunidades mais justas*

A economia solidária é um movimento que cresce no Brasil e vem se apresentando como uma alternativa para propagar meios de formar comunidades mais justas, por meio da inclusão social e geração de renda. Ela é um tipo de economia em que a produção, a distribuição, o consumo, a poupança e o crédito são baseados na igualdade, associação voluntária e cooperação das partes, sem exploração, ou vantagem de alguns.

Assim, ela se torna importante porque surge como uma maneira de organizar o trabalho de uma forma que fomente o desenvolvimento local, minimize as desigualdades sociais, propague valores de cooperação e solidariedade, formando comunidades mais justas, solidárias e sustentáveis. Segundo Gomes *et al* (2007) esse tipo de economia valoriza a diversidade, preocupa-se com a relação do ser humano com o meio ambiente do qual é parte. Além disso, oferece alterna-

tivas para uma construção social de desenvolvimento econômico, e, ainda, para a desmistificação das técnicas, democratização da ciência e da tecnologia e para o pleno exercício da cidadania.

Um bom exemplo que temos de organizações que levam em consideração a importância da economia solidária, é a Organização de Aprendizagens e Saberes em Iniciativas Solidárias e Estudos No Terceiro Setor (**OASIS**), uma incubadora de empreendimentos populares coletivos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), fundada em 2006, com atuação a partir de 2009.

A OASIS desenvolve ações integradas de ensino, pesquisa e extensão junto a jovens estudantes da agricultura familiar, preparando essa juventude política e tecnicamente para o trabalho coletivo, a partir de projetos de intervenção voluntária de interesse público, em comunidades e escolas da rede pública de ensino. Além disso, desenvolve ações junto a Empreendimentos Econômicos Solidários, preparando e qualificando trabalhadores e trabalhadoras – pessoas jovens e adultas – para o trabalho e a produção via ato associativo e cooperativo, na perspectiva do cooperativismo popular e da Economia Solidária.

Assim, a OASIS apresenta inúmeras iniciativas sociais e contribui significativamente para o avanço da economia solidária, o que também abrange a ação coletiva social, desenvolvida no sentido de trabalho e produção, por meio da atuação de estudantes, docentes, pessoas que realizam pesquisa e técnicos e técnicas de diversas áreas do conhecimento.

Assim, considerando a discussão sobre resíduos sólidos e a importância da economia solidária, devemos pensar na ampliação e desenvolvimento de estudos, pesquisas e projetos sobre os temas. A respeito disso, temos o projeto “**Rede de Pesquisa, Inovação e Tecnologia Social em Gestão de Resíduos Sólidos, Sustentabilidade e Economia Solidária (REPITES)**”, coordenado pelo professor Washington Jose de Sousa e pela professora Raquel Maria da Costa Silveira da UFRN, em colaboração com docentes e pesquisadores e pesquisadoras da Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal de Uberlândia

(UFU), da Universidade do Estado do Mato Grosso (Unemat, Campus Tangará da Serra) e da Universidade Católica de Pelotas (UCPel).

O objetivo do projeto é institucionalizar, à luz dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), uma rede interdisciplinar formada por instituições de Ensino Superior das cinco regiões do Brasil. A rede tem ênfase na gestão de resíduos sólidos recicláveis e na inclusão socioproductiva de catadores e catadoras de materiais recicláveis à luz da Política Nacional de Resíduos Sólidos e dos princípios da economia solidária. Ela se esforça para fomentar a geração de conhecimentos científicos, comparativos regionais e qualificação das condições de trabalho e renda de trabalhadores e trabalhadoras em sistemas urbanos de coleta seletiva.

### **Do que estamos falando?**

#### *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)*

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são uma agenda mundial adotada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável em setembro de 2015, composta por 17 objetivos e 169 metas a serem atingidos até 2030.

Esses objetivos são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham uma sociedade pacífica, com paz, prosperidade e inclusão. São objetivos ambiciosos e interconectados que abordam os principais desafios de desenvolvimento enfrentados por pessoas no Brasil e no mundo.

É uma oportunidade histórica para melhorar os direitos e o bem-estar de cada criança e adolescente, especialmente os mais desfavorecidos, e garantir um planeta saudável para as futuras gerações. Saiba mais clicando **aqui**, **aqui** e **aqui**.

O tema resíduos sólidos e **caminhos para inclusão** social à luz da PNRS vem sendo bastante discutido, principalmente pelos seus impactos no meio ambiente, em catadores e catadoras e na sociedade como um todo. Por isso, é fundamental que abramos nossos olhos para essa discussão e para a importância da implementação de políticas públicas para tentar diminuir a desigualdade sofrida pelos catadores e catadoras, principalmente a luz da economia solidária,

que pensa na realização de atividades econômicas de forma coletiva, solidária e autogestionária.

Em resumo, a economia solidária é uma forma de inclusão social e desenvolvimento territorial, à medida em que se mostra capaz de gerar trabalho e renda.

*“A gente não recicla só o lixo, a gente recicla vidas.*

*... o carro-chefe da cooperativa: reciclar vidas.”*

*Telines Basílio do Nascimento Júnior (Carioca)*

*Ex-catador e presidente da Cooperativa de Trabalho de Coleta Seletiva da Capela do Socorro/SP (Coopercaps).*

### **Quem foi que disse?**

Alexandre Cardoso: conta a história verídica de um catador de materiais recicláveis que passou por muitas lutas, exploração do trabalho, exclusão social, resistências e conquistas através do livro “Do Lixo a Bixo: a cultura dos estudos e o tripé de sustentação da vida”.

Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE): fez um estudo sobre os resíduos sólidos no Brasil.

Cristiano Cipriano Pombo e Rodolfo Stipp Martino: trazem uma matéria sobre um ex-dependente químico, presidente da Coopercaps e que fez parceria com a Boomer, finalista do Empreendedor Social 2019.

Diogo de Santana e Daniela Metello refletem sobre os balanços e desafios da reciclagem e inclusão social no Brasil, em capítulo que integra a publicação Catadores de Materiais Recicláveis – Um Encontro Nacional do IPEA 2016.

Fabiana Pereira Gomes e outros: em Economia Solidária e Desenvolvimento Local e Sustentável, trazem discussões importantes para compreender o tema.

Mari Aparecida Bortoli: trata da identificação do conjunto de legislações que dá base à organização da coleta de materiais recicláveis em Políticas de inclusão produtiva e catadores de materiais recicláveis;

Observatório dos Lixões: uma fonte de consulta e controle social sobre a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e a disposição final de resíduos e rejeitos no Brasil.

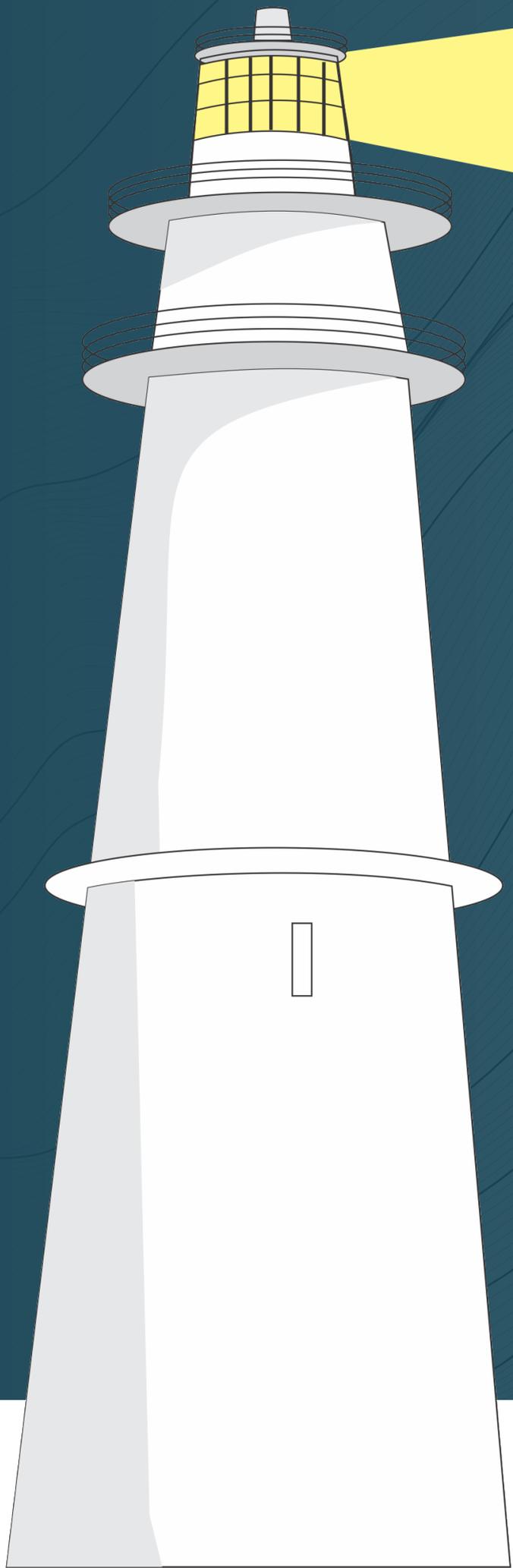
Pedro Sergio Fadini e Almerinda Antonia Barbosa Fadini: em Lixo: Desafios e Com-

promissos trazem perspectivas sobre os desafios e compromissos enfrentados pelo lixo no Brasil.

Raquel Maria da Costa Silveira: desenvolveu a tese “Os caminhos da inclusão social à luz da Política Nacional de Resíduos Sólidos: um olhar sobre a categoria dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis” com o objetivo de estudar a inclusão social de catadores de materiais recicláveis à luz do modelo previsto na Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Tânia Quaresma: traz um retrato do cotidiano das pessoas que ganham a vida recolhendo lixo no maior lixão a céu aberto da América Latina, o Lixão da Estrutural, através do filme “Catadores de História”.

Valéria Pereira Bastos: descreve e analisa o processo histórico de construção da categoria profissional “catador” inspirada no Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho/RJ no livro “Profissão: catador: um estudo do processo de construção da identidade”.



# Farol

Autor: Jefferson Rocha. As ilustrações representam o Farol de Mãe Luíza, localizado no bairro Mãe Luíza, em Natal (Rio Grande do Norte).

## **OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES: ACONTECEU**

*Desigualdades educacionais: barreiras e possibilidades para a efetivação de direitos humanos*

Entre os dias 14 e 27 de janeiro de 2022 ocorreu curso de extensão “Desigualdades educacionais: barreiras e possibilidades para a efetivação de direitos humanos”. O objetivo do curso foi debater as barreiras que resultam das desigualdades educacionais no Brasil, assim, como as possibilidades para enfrentá-las e, assim, promover a efetivação de direitos humanos, considerando os níveis nacional e subnacional. Em breve, o curso estará disponível no canal no youtube do Observatório.

### **1ª edição do Dossiê das Desigualdades**

O Dossiê das Desigualdades é uma publicação com periodicidade anual e enfoca um tema importante para conhecer e enfrentar as desigualdades, por meio da articulação de diferentes abordagens e perspectivas, produzidas por autoras e autores com histórias de vida e conhecimentos distintos e complementares. Para a 1ª edição o tema escolhido foi “Educação e Desigualdades”. A publicação está disponível no site do Observatório.

### **Cotas nas universidades públicas: avanços, desafios e possibilidades**

A mesa-redonda “Cotas nas universidades públicas: avanços, desafios e propostas” foi realizada no dia 26 abril de 2022, com o objetivo de discutir as cotas uma vez a Lei 12.711, de 2012 alterou as regras de ingresso nas universidades federais e instituiu as cotas sociais, raciais e para as pessoas com deficiência, produzindo uma profunda democratização do acesso e da permanência nas universidades públicas. A mesma lei previu que, após dez anos da vigência da lei, seria feita uma revisão do programa de cotas, o que significa que, este ano (2022), deve ocorrer a revisão, fazendo que a discussão do tema seja mais urgente do que nunca, sendo fundamental refletir sobre quais foram seus avanços, seus desafios e quais seriam as propostas para sua melhoria.

A atividade foi organizada por dois Observatórios da UFRN: Observatório da População Infante-Juvenil em Contextos de Violência(OBIJUV) e Observatório das Desigualdades da UFRN, além dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia e em Gestão Pública (PPGP), da mesma instituição.

Participaram, como debatedoras e debatedores: Luciana Lima (Professora do Departamento de Demografia e Ciências Atuariais da UFRN) e Renato Santos (Coletivo Enegrecer e mestrando em Estudos Urbanos e Regionais - PPEUR/UFRN). A coordenação e mediação foi realizada por Luana Cabral (psicóloga do CRDHMD/UFRN e coord adjunta do OBIJUV/UFRN) e

Heloise Stefani Nascimento da Silva (graduanda em Serviço Social da UFRN e integrante do Observatório das Desigualdades da UFRN).

### **O papel da comunicação para o enfrentamento desigualdade de gênero, raça e etnia**

No dia 02 de maio de 2022, no auditório do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas (Nepsa I), aconteceu o debate “O papel da comunicação para enfrentar desigualdades de gênero, raça e etnia”. O evento foi aberto ao público, com 70 vagas, e foi realizado no contexto da semana do dia 3 de maio, Dia Internacional de Liberdade de Imprensa.

O evento foi marcado também pelo o lançamento de um conjunto de iniciativas do Observatório: o podcast Ações Públicas para Enfrentamento de Desigualdades de Gênero e Raça, Microfone Aberto e a 2ª edição do Relatório Anual do Observatório das Desigualdades.

Participaram, como debatedoras, Ana Paula Campos (Indígena Potiguara, africana em diáspora, candomblecista, juremeira, educadora, escritora, colunista no RN, pesquisadora e contadora de histórias), Alice Andrade (jornalista, doutoranda em Estudos da Mídia - PPgEM/UFRN e pesquisadora de mídia e questões étnico-raciais) e, como debatedor, Fabio Oliveira (Indígena em contexto urbano, juremeiro, bacharelado no curso de Audiovisual pela UFRN, produtor audiovisual e cultural do Gamboa do Jaguaribe). A atividade foi coordenada, organizada e mediada por integrantes do Observatório das Desigualdades: Mariana Mazzini Marcondes (docente do Departamento de Administração Pública e Gestão Social da UFRN e coordenadora do Observatório das Desigualdade da UFRN), Heloise Stefani Nascimento da Silva (graduanda em Serviço Social e integrante do Observatório das Desigualdades da UFRN), Ana Flávia Borba (graduanda em Administração e integrante do Observatório das Desigualdades da UFRN) e Ana Carolina Barbieri (graduanda em Comunicação e integrante do Observatório das Desigualdades da UFRN).

### **Microfone Aberto**

O Microfone Aberto é uma iniciativa do Observatório das Desigualdades da UFRN que tem como objetivo abrir espaço para divulgar trabalhos de discentes, em formato audiovisual, sobre desigualdades e ações públicas para seu enfrentamento. O projeto é uma forma de valorização da produção acadêmica e, ainda, de ampliação do acesso à informação. A proposta é que em cada edição possamos focar em um tema que tenha sido trabalhado anteriormente dentro das disciplinas que fizeram parte do projeto de ensino ligado ao Observatório das Desigualdades.

Tivemos quatro edições do Microfone Aberto, em formato podcast: a 1ª edição foi sobre programas e projetos sociais e desigualdades, a 2ª edição

abordou o Plano Diretor e desigualdades, enquanto a 3ª tratou dos direitos humanos e desigualdades e, finalmente, a 4ª abordou a educação e as desigualdades. Todos estão disponíveis no canal do youtube do Observatório.

### **Relatório Anual - Observatório das Desigualdades**

A 2ª edição do Relatório Anual foi dedicado à apresentação das atividades realizadas pelo Observatório das Desigualdades da UFRN durante o ano de 2021 e, ainda, à apresentação da 2ª edição do Glossário das Desigualdades, incluindo novos verbetes para compreender as desigualdades e como enfrentá-las.

### **ObservaPesquisa**

No mês de julho de 2022 acontecerá um curso de extensão, com o objetivo de lançar a nossa mais nova iniciativa: Observa Pesquisa. Nele, iremos focar os temas da primeira etapa da pesquisa do Observatório: políticas de igualdade de gênero (mulheres e LGBTQIA+), raça e juventude. O foco será nas políticas públicas do Rio Grande do Norte. Você pode conferir a programação completa em nosso instagram.

### **Meio ambiente, desigualdades e ações públicas**

O Observatório realizará entre junho e julho de 2022, o curso de extensão “Meio ambiente, desigualdades e ações públicas”. A atividade visa debater sobre as relações do meio ambiente e a formação de desigualdades no Brasil, tendo em conta diversos recortes e interseccionalidades, Para isso, aborda temas como o olhar de comunidades e povos tradicionais sobre o meio ambiente, resíduos sólidos e agroecologia. Para conferir a programação completa, acesse nosso [instagram](#).

### **OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES: VAI ACONTECER**

#### **2ª Edição do Dossiê das Desigualdades**

O Dossiê das Desigualdades é uma publicação do Observatório que tem periodicidade anual e foca um tema importante para conhecer e enfrentar as desigualdades. Para isso, a publicação promove a articulação de diferentes abordagens e perspectivas, produzidas por autoras e autores com histórias de vida e conhecimentos distintos e complementares. A nossa segunda edição abordará o tema “Descomplicando Gênero e Sexualidades”, com textos produzidos a partir das nossas duas edições do Conversatório. Por isso, fiquem ligadas e ligados em nossas redes sociais! Caso queiram assistir os Cursos do Conversatório clique [aqui](#) e [aqui](#).

**DICAS CULTURAIS DO OBSERVATÓRIO:  
para ler, ouvir ou assistir**

**FILME:** Lixo Extraordinário.

O documentário é gravado em um dos maiores aterros sanitários do mundo, localizado no Jardim Gramacho, bairro de Duque de Caxias (RJ) e conta a história de sete catadores que transformam o lixo em arte com a ajuda do artista plástico Vik Muniz.

Assista ao **trailer**.

**FILME:** Estamira.

O documentário de Marcos Prado acompanha a vida da extraordinária Estamira, que vive e sonha em um lixão do Rio de Janeiro.

Assista ao **trailer**.

**FILME:** Garapa.

O documentário de José Padilha, lançado em 2009, aborda a fome no Brasil e no mundo, focando famílias no interior do Ceará. O tema, em 2022, voltou a ser atual no país, infelizmente.

Assista ao **trailer**.

**FILME:** Catadores de História.

O filme “Catadores de história” de Tânia Quaresma traz um retrato do cotidiano das pessoas que ganham a vida recolhendo lixo no maior lixão a céu aberto da América Latina, o Lixão da Estrutural (DF).

**Assista.**

**FILME:** We feed the world

O documentário australiano reconstrói as origens dos alimentos que consumimos, enfocando sua plantação, pesca, produção e distribuição, trazendo uma perspectiva crítica para a indústria alimentícia.

Assista ao **trailer**.

**FILME:** Kiss the Ground

O documentário dos Estados Unidos da América reflete sobre as al-

ternativas em termos de formas de produção agrícola para um mundo sustentável e para o enfrentamento da mudança climática, abordando questões como regeneração do solo, recuperação de ecossistemas e produção sustentável de alimentos.

Assista ao **trailer**.

**SÉRIE:** Um planeta perfeito

A série apresenta como a natureza opera no planeta para garantir equilíbrio e diversidade, mas vem sendo ameaçada pela atuação humana.

Assista ao **trailer**.

**ENTREVISTA:** Vozes da Floresta.

Ailton Krenak é entrevistado na série “Vozes da Floresta”, parte do documentário “Não verás país nenhum”— uma produção Memória Viva, em parceria com o Le Monde Diplomatique Brasil.

**Assistir.**

**PODCAST:** Ações públicas para o enfrentamento das desigualdades de gênero e raça

Dois dos episódios do podcast são dedicados à questão indígena: Ecos do Jaguaribe, de Fabio Oliveira, e o Estado Yanomami, de Bianca Siqueira. O podcast foi produzido a partir de um concurso para seleção de episódios, fruto da parceria dos Observatórios das desigualdades da UFRN e da Fundação João Pinheiro (FJP), Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ANEPCP) e Fundação Tide Setubal, com colaboração da Ação Brasileira de Combate às Desigualdades (ABCD).

**Ouçã.**

**PODCAST:** Vozes do Planeta.

Vozes do Planeta é um podcast com entrevistas e temas que giram em torno da sustentabilidade, conservação ambiental e questões climáticas atuais.

**Ouçã.**

**PODCAST:** Politicamente Incorreto... E Ambientalmente Também.

O Politicamente Incorreto... E Ambientalmente Também é o podcast men-

sal sobre política e meio ambiente do Modifica. Marina Colerato, editora do site, conversa com pessoas convidadas sobre as convergências entre Brasília e sustentabilidade, levantando o que está acontecendo em termos de governo e legislação, como entender as manobras e como podemos atuar para interferir nesse lugar, que parece tão distante, mas na verdade está tão perto de nós.

### **Ouçã.**

**MÚSICA:** Xote Ecológico.

A música Xote Ecológico de Luiz Gonzaga, em um ritmo muito animado, fala sobre a destruição dos recursos naturais do planeta e seu impacto.

### **Ouçã.**

**MÚSICA:** Passarinhos.

Parceria de Emicida e Vanessa da Mata, reflete sobre as dificuldades que as pessoas enfrentam em uma sociedade desigual em termos sociais e ambientais.

### **Ouçã.**

**LIVRO:** Profissão: catador: um estudo do processo de construção da identidade.

Este livro, de Valéria Pereira Bastos, descreve e analisa o processo histórico de construção da categoria profissional “catador” inspirada no Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho/RJ.

### **Leia.**

**LIVRO:** Ideias para adiar o fim do mundo.

No livro, Ailton Krenak discute a relação da humanidade com a natureza, refletindo sobre os desastres socioambientais que marcam o Antropoceno. Trata-se de uma adaptação de conferências e entrevistas do autor.

### **Leia.**

**LIVRO:** Quarto de despejo.

Na obra clássica de Carolina Maria de Jesus conhecemos a realida-

de da escritora, catadora e residente da então favela do Canindé, em São Paulo, por meio da leitura de seu diário. A prosa poética da autora nos introduz à realidade das pessoas empobrecidas no Brasil das décadas de 1950 e 1960.

**Leia.**

**LIVRO:** Torto Arado

No romance de Itamar Vieira Júnior acompanhamos a história das irmãs, Bibiana e Belonísia, em uma comunidade no sertão da Bahia. A história é atravessada pelas lutas de resistência da comunidade e sua cultura e tradições.

**Leia.**

realização:



apoio:

